

Congresso da ANMP  
constituiu-se em  
ponto alto da vida política  
nacional.

## Congresso da ANMP constituiu-se em ponto alto da vida política nacional.

Mensagem ao Congresso  
Presidente da República  
demanda visão  
estratégica ao Poder Local.

As boas vindas do Município  
do Funchal.

Presidente do Congresso  
Estamos aqui no momento  
mais difícil do  
municipalismo.

Alberto João Jardim  
Vamos realizando Portugal  
nesta zona do Atlântico.

Fernando Ruas  
Concretizar políticas de  
descentralização e  
garantir uma crescente  
autonomia financeira.

Primeiro Ministro  
Processo descentralizador:  
contem com o meu  
entusiasmo e a minha  
determinação

Ruas sublinha como  
fundamentais  
a participação e o debate  
político.

Mário de Almeida  
Determinados e preocupados  
com a restrição de  
esperança.

Mota Amaral  
Proclamar o Poder Local  
Democrático uma das  
conquistas maiores de Abril.

Protocolo de cooperação  
ANMP/PT.

Resolução Final do XIV  
Congresso  
releva necessidade do  
reforço e respeito pela  
autonomia do Poder Local.

25 de Abril  
Presidente da República no  
Cartaxo homenageia Poder  
Local democrático.



O XIV Congresso Nacional da ANMP, que congregou na cidade do Funchal, na Madeira, um milhar de Eleitos Locais de todo o País, constituiu-se num ponto alto da vida política portuguesa, também num êxito quanto ao cumprimento dos grandes objectivos a que se propunha.

Isto, mau grado, o reconhecimento, generalizado, das propostas trazidas pelo Primeiro Ministro terem ficado aquém das expectativas.

Empenhadamente participados, do aprofundamento dos trabalhos resultaram documentos definitivamente importantes que serão adoptados como instrumentos, indispensáveis, em que se há-de sustentar, nos próximos dois anos, a acção política da Associação. E em particular debate estiveram áreas tão relevantes quanto a Organização do Estado e do Poder Local, Instrumentos de Gestão do Território; Financiamento do Poder Local, Protecção Civil e Turismo.

O Primeiro Ministro, Durão Barroso, presidiu à Sessão Solene de Abertura, e o Presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, marcou presença no acto de encerramento. Participantes, também, representantes dos restantes órgãos de Soberania, o Presidente do Governo Regional da Madeira, partidos políticos e outras instituições, representantes de instituições congéneres da ANMP e do Conselho da Europa, e autarcas dos Países de Expressão Lusófona.

Paralelamente aos trabalhos foram ratificados Protocolos de Cooperação com a Portugal Telecom (ver na página 9) e com a Unidade de Missão, Inovação e Conhecimento, estes relativos a meios informáticos e tecnologias da Informação.

Foi ainda ratificado com a Diputación de Alicante um documento que visa uma cooperação técnica no implementar do estudo sobre a cobrança e liquidação descentralizada de impostos locais.

Entretanto, são definitivamente motivadores os resultados do inquérito lançado junto dos Associados da ANMP, consulta em que se afirma, na totalidade das respostas já recebidas, o êxito do Congresso, não só nos seus aspectos organizativos, também quanto aos temas em análise e a valia do debate político alcançado.

Por outro lado, importa fazer uma referência, necessariamente elogiosa, aos patrocinadores do Congresso – AIRC, Caixa Geral de Depósitos, EDP/ONI, Informática El Corte Inglés, IEP, JC Decaux, Município, Seguros Sagres, Salvador Caetano, UMIC, Deloitte e Pack Cidade – que, desta feita, atingiram uma outra dimensão e formas diversas de participação.

Uma palavra de agradecimento, por igual, devida às instituições públicas presentes, e que, assim, carregaram para o Congresso informação sempre relevante para os autarcas.



## Mensagem ao Congresso

### Presidente da República demanda visão estratégica ao Poder Local.

Foi “certo de que as conclusões dos debates constituirão instrumentos fundamentais de um melhor futuro para as nossas populações” que o Presidente da República, impossibilitado, por razões de Estado, de estar presente no Funchal, subscreveu uma mensagem ao XIV Congresso dos Municípios portugueses onde testemunhava “a atenção e interesse com que acompanho, desde há muito, toda a acção da ANMP”.

Ao dizer que os temas em agenda “reflectem uma larga e rica trajetória de quase três décadas de intervenção do Poder Local democrático”, Jorge Sampaio sublinhava que, nas circunstâncias de hoje, eles “procuram responder a uma questão de sempre: como melhorar a utilização dos recursos públicos, sempre escassos, como valorizar os nossos territórios, dando-lhes mais coesão e competitividade?” Concordante com a certeza de que “se exige hoje que os autarcas, com a experiência acumulada, garantam uma visão mais estratégica, alicerçada em planos e em capacidade técnica” o Presidente da República enfatizava, ainda, que “uma estratégia municipal é o resultado de um trabalho contínuo de definição de prioridades e criação de oportunidades e parcerias, e que esse tem sido, afinal, o grande mérito e o grande contributo do Poder Local democrático para o desenvolvimento de Portugal”.

## As boas vindas do Município do Funchal.

“Que este Congresso constitua uma oportunidade de reafirmação do Poder Local democrático”, foi, em síntese, o voto do Presidente da Câmara Municipal do Funchal quando, a abrir os trabalhos, dava as boas vindas, à sua cidade, de cerca de um milhar de autarcas que ali contribuiriam, disse, “para a valorização do Poder Local como pilares fundamentais da arquitectura do Estado democrático”.

Lembrando que o exercício da vida autárquica é “claro, transparente e sujeito ao escrutínio permanente do povo soberano”, também “é verificável constante dos órgãos fiscalizadores do Estado”, Miguel Albuquerque, que frisou a obra notável em benefício das populações alcançada ao longo dos últimos 27 anos, rejeitaria as mistificações do “nosso alegado despesismo”.



Os números e a nossa acção negam em absoluto a tentativa de intoxicação da opinião pública inventada por meia dúzia de “mediáticos”, dizia, está provado que, melhor do que ninguém, sabemos maximizar e aproveitar os escassos recursos a que temos direito.

Ao reiterar que “o progresso da cidade do Funchal e da Região Autónoma da Madeira nos 25 anos é uma prova indiscutível que a descentralização efectiva é a solução para um desejado desenvolvimento equilibrado do País”, Miguel Albuquerque sintetizava que tudo quanto as autarquias querem é “uma repartição equitativa dos

recursos, tendo em vista um melhor aproveitamento do dinheiro dos contribuintes, a eliminação progressiva das assimetrias existentes, e uma melhor capacidade de resposta dos órgãos do Estado às necessidades e anseios das populações”.

## Presidente do Congresso

### Estamos aqui no momento mais difícil do municipalismo.

Estamos aqui, porventura, no momento mais difícil do municipalismo deste Portugal democrático, disse o Presidente do Congresso da ANMP, quando, dirigindo-se ao milhar de autarcas ali congregados, lhes agradecia o esforço quotidiano.

Mas o reconhecimento de Mário de Almeida seria, também, para a “dignificante presença” do Primeiro Ministro e do Presidente do Governo Regional da Madeira, e, especialmente, sublinhando “o quanto temos apreciado a vossa acção”, para o Conselho Directivo e Secretário Geral.

E porque os tempos não correm fáceis, por isso, dizia, que estamos aqui para debatermos com profundidade as questões que consideramos fundamentais, e para enfatizarmos as posições que entendemos deverem ser tomadas no sentido de atenuar as dificuldades e assim podermos melhor corresponder às expectativas das populações.

Sintetizando os grandes problemas, “como aliás sempre aconteceu”, nas questões da descentralização e do financiamento, recusou a habitual interpretação dos “ignorantes e mal intencionados” quando dizem que “lá está os autarcas a pedir mais poder e mais dinheiro”.

O que “rotundamente falso já que nunca reivindicamos mais poder”, o que sempre dissemos “da nossa disponibilidade para assumir mais competências, já que “uma maior intervenção das autarquias poderia contribuir para melhor se resolverem os problemas das populações”.

Disponíveis e motivados, continuava Mário de Almeida, “não estamos obcecados pelo poder e não pedimos mais dinheiro”. Achamos “que é lógico haver uma maior dotação para as autarquias – sobretudo nestes tempos de dificuldades acrescidas – já que com 12,5% dos dinheiros do Estado somos responsáveis por 56% do investimento público, com 12,5% das verbas, somos responsáveis por quase 20% do emprego público em Portugal”.

Ao enfatizar a justeza com que o Primeiro Ministro tem olhado os autarcas e o reconhecimento permanente da sua acção, relevaria que Durão Barroso “sempre tem acreditado nas virtualidades do Poder Local” para, a propósito, exigir do Governo a concretização dos compromissos assumidos e, também, contenção no excesso de zelo de organismos da Administração Central e empresas públicas que, não raro, “esquecem a legitimidade dos autarcas que reivindicam questões que são fundamentais para as populações”.

E foi em nome de todos os autarcas que o Presidente do Congresso demandava melhores meios para, em favor das





populações que representamos, se alcançar uma maior justiça social, se construir um País mais harmónico, mais sustentável, mais humanizado.

## Alberto João Jardim

### Vamos realizando Portugal nesta zona do Atlântico.

Em nome do povo madeirense quero dar as boas-vindas e agradecer a escolha da Região Autónoma da Madeira para a realização do XIV Congresso da Associação Nacional de Municípios, afirmou Alberto João Jardim, que lembraria que aquela parcela do nosso País, graças ao 25 de Abril, conseguiu a sua autonomia política para, no exercício do direito à diferença, vir a realizar Portugal nesta zona do atlântico.



Dizendo ser particularmente significativo juntarmo-nos aqui os três níveis de poder democrático – o Poder Local; o Regional, com poder legislativo; e o Poder Central – lembraria estarmos empenhados na construção europeia, toda ela assente no respeito, relevava, na concretização e desenvolvimento do Princípio da Subsidiariedade.

É escusado pensar em fazermos a Europa do futuro, a dos cidadãos e não a dos Estados, sem a clara concretização daquele Princípio. Ao afirmar a subsidiariedade não como um modelo para ser apenas citado no quadro europeu, mas também para ser empenhadamente concretizado no seio de Portugal, o Presidente da Região Autónoma da Madeira acrescentaria que a modernização do País exige que esse Princípio seja uma realidade constante e progressiva, sobretudo depois de, ao longo de 30 anos, muito termos falado sobre o presente, e estar agora chegada a hora de falarmos mais sobre o futuro.

A modernização é, para Alberto João Jardim, o grande desafio que temos pela frente, uma modernização que passa, sublinhou, pela dotação dos Municípios dos meios jurídicos e meios materiais que lhes são imprescindíveis para o realizar da felicidade da pessoa humana, para o realizar do bem comum; também pela concretização de um exercício cultural sério e crítico, que significa, afinal, o direito de um povo não ficar amarrado a dogmas, a princípios, a ideias que não podem ser encaradas sob um ponto de vista fundamentalista.



Como políticos – “e todos o somos nesta sala” – procuremos encontrar as soluções de que Portugal precisa, despidos de preconceitos, de dogmas, sobretudo

despidos do centralismo de Lisboa. Com ousadia, urge que o Poder Local, que está próximo das populações, diga não a directivas que não correspondem ao sentir do povo soberano.

Na Madeira, “tivemos de enfrentar o que estava para podermos instituir o que era preciso”, concluiu, para, na oportunidade, reafirmar um agradecimento aos Municípios do arquipélago pela forma como se souberam articular com o Governo Regional e, juntos, num consenso claramente estabelecido, “avançarmos para a ousada batalha do progresso, para as mudanças e saltos qualitativos que se verificaram” e que, seguramente, frizou a uma certeza: a de que “tudo aquilo que se faz na Madeira, é em Portugal que se está a fazer”.

## Fernando Ruas

### Concretizar políticas de descentralização e garantir uma crescente autonomia financeira.



A inadiável descentralização, com uma efectiva transferência de competências para as autarquias; o reconhecimento da excelência da capacidade de gestão municipal; o contributo do Poder Local para o desenvolvimento equilibrado do País; a defesa da autonomia e a salvaguarda da dignidade constitucional dos Municípios; e uma crescente autonomia do financiamento, foram, sem dúvida, os aspectos mais relevantes abordados pelo Presidente da ANMP na sua intervenção de abertura dos trabalhos do XIV Congresso Nacional dos Municípios portugueses.

Começando por se congratular com as presenças do Primeiro Ministro, de colegas europeus, e de autarcas dos Países de Língua Portuguesa, Fernando Ruas homenageou os milhares de Eleitos Locais que, no País inteiro, com meios cada vez mais parcus, são “exemplo de estoicismo”, estes últimos de um espírito comunitário que cada vez mais se dilui em egoísmos e egocentrismos.

Contrapondo aos vilipêndios de pretensos fazedores de opinião o respeito sempre afirmado pelos portugueses, Fernando Ruas, no quadro dos “sãlidos princípios que nos norteiam”, e em defesa das inúmeras vantagens do governo de proximidade, reiterava que importa saber resistir, prosseguir, enfim, as “três décadas de muito ricas realizações concretizadas com os esforços de mais de meio milhão de autarcas”.

Porque é tempo de acção, defenderia indispensáveis medidas políticas de descentralização, com a concretização de efectivas transferências de competências para as autarquias, assim cerceando a certeza de que, em contraponto com a atitude descentralizadora assumida pelo Primeiro Ministro, “há muita gente nos corredores da Administração Central que não quer abdicar de algum poder”. E não raro, dizia, encontramos nos ministros “centralistas e desrespeitadores da autonomia do Poder Local que evidenciam um desconhecimento inaceitável dos princípios que fundamentam o processo de descentralização”.

Para qualquer nova responsabilidade proposta é necessário transferir os meios afectos aos ministros, e, dispostos a assumir novas competências, são as exerceremos desde que tenhamos meios. O que não acontece com o recente caso das Comissões Municipais de Defesa da Floresta, pelo que, anunciava, os Municípios não vão exercer essa responsabilidade.

Mostrando-se concordante com as novas entidades territoriais – criação que, contudo, enfatizava, “não substitui o processo de Regionalização” —, o Presidente da ANMP questionava, como factores clarificadores da vontade política subjacente a todo o processo, quais são as competências a exercer e os meios que a Administração Central se propõe transferir.

Os Municípios são uma instituição respeitada e os portugueses têm razão para assim o considerarem, dizia, já que, para além da obra erguida, um estudo externo – Associação – consolida números impressionantes como esse de, em 2002, com apenas 12,7% da receita total das Administrações Públicas, o investimento efectivo ter correspondido a 56,1%.

Mas, mais, prosseguia, a contenção não ditou, também naquele ano, a estagnação do investimento municipal que cresceria, mesmo, 4%, isto com a capacidade de endividamento utilizada pelo total dos Municípios a situar-se em apenas 49%. Pelo que Fernando Ruas alvitava, justamente, face à boa gestão evidenciada, que os limites em 2005, em vez de serem de novo dirigidos para o Poder Local — o que não aceitaremos — sejam, agora, com proveito para a Nação e para os portugueses, para a Administração Central. Reafirmando a defesa da autonomia local e a exigência, permanente, da salvaguarda da dignidade constitucional dos Municípios, verberou a repetida celebração de contratos-programa; as pressões para doação de terrenos e fundos para áreas que são da competência da Administração Central; a inaceitável quebra do princípio da reciprocidade; e a convocação de que o urbanismo e o planeamento do território são competências eminentemente municipais.

A defesa de uma crescente autonomia financeira — reafirmando que a urgente liquidação e cobrança de impostos locais passe a ser competência dos Municípios —; a reposição da sua capacidade financeira; o cumprimento da lei na indemnização pela quebra de receitas da Sisa em 2003; e uma participação activa na elaboração da proposta do próximo Quadro Comunitário de Apoio, com uma maior fatia já que demonstramos uma evidente capacidade para executar os Programas sem desperdícios, foram outras exigências do Presidente da ANMP, sempre, sublinhou, “em defesa dos interesses das populações que representamos”.

## Primeiro Ministro

### Processo descentralizador: contem com o meu entusiasmo e a minha determinação.

“A descentralização, antes ainda de uma prioridade política, é uma prioridade cultural”, reafirmou o Primeiro Ministro quando, dirigindo-se aos autarcas — com quem verdadeiramente me identifico pois todos temos a responsabilidade de governar — falava na Sessão de Abertura do XIV Congresso da ANMP.



Durão Barroso iniciaria a sua intervenção enaltecendo o desenvolvimento económico e social alcançado na Região Autónoma da Madeira, “exemplo do que se pode fazer quando o poder é exercido o mais perto possível dos cidadãos”, para, a propósito, reiterar o seu inteiro convencimento de que “os Municípios têm sido, no Portugal democrático, dos principais agentes do desenvolvimento do País”.

No respeito pelo Princípio da Subsidiariedade, defendeu que a construção de um País mais desenvolvido, e com uma distribuição de riqueza mais equitativa, passa pelo “reforço das competências das autarquias locais, descentralizando em seu favor aquilo que, por estarem mais próximas, podem fazer melhor em benefício dos cidadãos”.

Ao abordar medidas de descentralização, deu particular enfoque à criação dos novos espaços supra-municipais, instrumento que vai permitir aos Municípios, dizia, uma gestão integrada, resolver em conjunto problemas que ultrapassam as fronteiras municipais, potenciar as relações de solidariedade e a especialização de cada um, assegurar a complementaridade e as sinergias para enfrentar os desafios da globalização e da competição internacional.

A nova reorganização territorial resultou das deliberações dos órgãos autárquicos, prosseguia o Primeiro Ministro, mas “a descentralização é também, e sobretudo, um reforço das competências das autarquias”.

Uma matéria onde, relevava, “muito tem sido feito”... “mas muito há ainda por fazer”. A educação, o ensino do português, o desporto, a saúde e o turismo foram, aliás, áreas especificamente referenciadas por Durão Barroso, que asseveraria que “o Governo procurará garantir a afectação de algumas verbas comunitárias da reavaliação do QCA III”, revisão que permitirá, ainda, “canalizar novos e importantes recursos financeiros para o desenvolvimento regional”, com “mais de 500 milhões de euros a beneficiar os Programas Operacionais Regionais em iniciativas municipais ou intermunicipais”.

Uma matéria de grande actualidade, o financiamento autárquico, mereceu, por igual, a atenção do Chefe do Governo, que se afirmou “disponível para analisar com as autarquias um novo modelo, ousado, criativo e inovador que corresponda, também, às novas responsabilidades que o Poder Local virá a assumir no nosso País”.

Uma equipa de especialistas vai iniciar, em conjunto com a ANMP, a revisão da Lei das Finanças Locais, anunciou, para, depois, precisar que a transferência da competência de cobrar e liquidar impostos, a emissão de obrigações municipais, e a Lei-Quadro das Parcerias Público-Privadas são algumas das novas operações a analisar e a propor.

Já a terminar, e ao afirmar que a criação das novas entidades supra-municipais vem consolidar a descentralização como verdadeiro motor de desenvolvimento moderno e equilibrado, diria ser “firme e inabalável a vontade do Governo

transferir novas competências e meios que as permitam fortalecer e contribuir para que se inicie um verdadeiro e sólido processo descentralizador da Administração Central para a Local”.

Na certeza de que “a experiência de Chefe de Governo nestes dois anos só reforçou a minha convicção a favor do Poder Local”, contem, dizia o Primeiro Ministro a concluir, “com o meu entusiasmo e a minha determinação”.

## Ruas sublinha como fundamentais a participação e o debate político.

Expectantes, ficamos a aguardar os resultados do compromisso aqui solenemente assumido pelo Senhor Primeiro Ministro de que “tomou boa nota das questões levantadas pelo Presidente do Conselho Directivo da ANMP”, sublinhou Fernando Ruas na cerimónia de encerramento do XIV Congresso dos Municípios portugueses.

Considerando como definitivamente positivo o balanço do Congresso — foi mais um êxito, uma outra página notável na História da Casa Comum do Poder Local —, para que muito contribui a acção do Secretário Geral da Associação e porque a participação e o debate político foram elevadíssimos, alcançámos, dizia, um conjunto de conclusões que se irão constituir em instrumentos fundamentais para a actividade política da ANMP nos próximos dois anos.

Depois de agradecer o empenhamento dos colaboradores da ANMP, relevaria a qualidade dos Eleitos Locais que realizam, em cada dia, a tarefa difícil concretização do governo local — e por tanto agradeço a sua devoção à causa pública —, Fernando Ruas frisaria que “aqueles herdeiros dos Homens Bons dos Concelhos mantêm, como outrora, um conflito, agora não com os funcionários públicos, antes com os burocratas e centralistas que continuam a povoar os corredores dos poderes que ousam afrontar a autonomia municipal que absolutamente prezamos”, atrevendo-se “a campos e a quadros de ingerência que, ficou claro no nosso Congresso, não admitiremos nunca”.

Consciente dos desafios da modernidade e respeitando o vanguardismo político que historicamente caracteriza os Municípios, o Presidente da ANMP reiterava uma mais activa participação dos cidadãos como forma de dinamizar a vida pública local, para garantir, de seguida, a recusa, afirmava, em sermos fornecedores gratuitos de serviços à Administração central; a obrigatoriedade do cumprimento, por parte do Governo, dos compromissos contratuais assumidos pelo Estado; e a recusa, liminar, de tratamentos menorizantes.

Ainda no âmbito das reivindicações, especificaria que os Municípios não irão abdicar da responsabilidade pelo planeamento e gestão dos seus territórios, defenderão a figura do Plano de Pormenor Estratégico enquanto instrumento de agilização de oportunidades de desenvolvimento, e exigem meios reais para a Protecção Civil.

Como resposta à excelente gestão evidenciada, prosseguia o Presidente da ANMP, é indispensável o reforço da capacidade financeira dos Municípios e o fim da suspensão do endividamento; inadmissível a indemnização pela quebra de receitas da Sisa em 2003; e intoleráveis as pressões no sentido dos Municípios financiarem investimentos que são competência da Administração Central.

Para Fernando Ruas — referia a terminar —, urge concretizar os poderes tributários dos Municípios e descentralizar a liquidação e cobrança de impostos locais, acabar com os contratos-programa, reafirmar a indispensabilidade de cada nova competência ser acompanhada dos respectivos meios financeiros, e alcançar uma maior participação municipal na elaboração do próximo QCA, bem como o reforço da



participação do Poder Local no total do cofinanciamento obtido.

## Mário de Almeida

### Determinados e preocupados com uma restrição de esperança.

“Terminamos este Congresso como aqui chegamos: determinados e preocupados”. Mas “vamos sair daqui com uma restrição de esperança”, sublinhou o Presidente do Congresso, Mário de Almeida, na Sessão de Encerramento dos trabalhos da XIV Magna Reunião do municipalismo português.



Afirmando estarem os autarcas determinados já que nos move um permanente sentimento de servir a causa pública e as populações que legitimamente representamos, disse-se também preocupado porque levamos daqui as mesmas inquietudes com que chegamos.

Depois de reconhecer o trabalho dos colaboradores da ANMP, lembraria as duas maiores questões que, em sua opinião, sistematizam os problemas maiores do Poder Local — a descentralização e o financiamento —, Mário de Almeida afirmou que “tinha esperança que algo de novo surgisse neste Congresso, aparecessem novidade motivadoras. Mas, infelizmente, não foi o caso”.

Na descentralização, disse, de que muito se tem falado, “não a temos sentido sair do papel. Passaram-nos responsabilidades incómodas para os Governos Cívicos, tentaram e conseguiram transformar-nos em empregados da administração central.

Com pagamento de infra-estruturas que não são de nossa responsabilidade.” O que me leva a questionar se é esta a descentralização de que o País precisa, ou se, pelo contrário, não é tempo de avançarmos com efetivas transferências de competências, que nós sabemos serem mal exercidas pela Administração Central, em áreas cruciais para o desenvolvimento, como o ensino, designadamente, a educação, a cultura, o ordenamento, o ambiente.

A descentralização continua, assim, indiscutivelmente adiada, precisava. E se todos temos algumas expectativas nas novas entidades supramunicipais — onde poderão ser encontradas formas interessantes para aperfeiçoar o que já se ia fazendo no associativismo municipal —, nada substitui, no terreno, o Município e a Freguesia.

E é no reforço da capacidade de intervenção e dos meios necessários ao Poder Local que a descentralização tem, fundamentalmente, de assentar. Por outro lado, no que respeita